

AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM URBANA NO BAIRRO PRATA: 1940-2019

THE TRANSFORMATIONS OF THE URBAN LANDSCAPE IN THE PRATA NEIGHBORHOOD: 1940-2019

A. Marjorie Jordana Garcia Fernandes & B. Alcilia Melo

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

marjorie_jordana@hotmail.com

kakiafonso@hotmail.com

RESUMO

O artigo trata das transformações urbanas ocorridas no bairro da Prata, Zona Oeste de Campina Grande, segunda cidade mais populosa da Paraíba, estado do nordeste brasileiro. O bairro teve sua origem e consolidação vinculadas ao processo de modernização e industrialização regional, surgindo oficialmente na década de 40 do século XX em um contexto de renovação da paisagem urbana. O objetivo é discutir as alterações de uso e formas de apropriação do solo urbano e das edificações, além de problematizar a discussão referente a conservação da paisagem cultural campinense. Mais especificamente, esse texto objetiva investigar o surgimento, desenvolvimento, consolidação e transformação do bairro mediante análise dos Planos Diretores da cidade. Para verificar as hipóteses e procurar caminhos ou respostas para os questionamentos, a pesquisa vem se apoiando em metodologia da história da arquitetura e do urbanismo desenvolvida por Serra (2006) que propõe o estudo do objeto compreendido como um processo, que dialoga com um sistema que o circunda, composto por aspectos geográficos, históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos.

Palavras-chave: cidade moderna, arquitetura moderna, patrimônio recente, Campina Grande.

Linha de Investigação: 1: Cidade e projeto.

Tópico: história urbana e história do urbanismo.

ABSTRACT

The article deals with the urban transformations that took place in the district of Prata, West Zone of Campina Grande, the second most populous city in Paraíba, state of northeastern Brazil. The neighborhood had its origin and consolidation linked to the process of regional modernization and industrialization, officially appearing in the 40s of the 20th century in a context of renewal of the urban landscape. The objective is to discuss changes in use and forms of appropriation of urban land and buildings, in addition to problematizing the discussion regarding the conservation of the cultural landscape of Campina. More specifically, this text aims to investigate the emergence, development, consolidation and transformation of the neighborhood by

analyzing the city's Master Plans. To verify the hypotheses and look for ways or answers to the questions, the research has been based on the methodology of the history of architecture and urbanism developed by Serra (2006) that proposes the study of the object understood as a process, which dialogues with a system that it surrounds it, composed of geographical, historical, social, cultural, economic, political aspects.

Keywords: modern city, modern architecture, recent heritage, Campina Grande.

Research line: 1. City and design.

Topic: Urban History and History of Urbanism.

Introdução

O presente texto tem como objeto de estudo, as transformações urbanas ocorridas ao longo dos anos no bairro Prata. Esse está situado na Zona Oeste de Campina Grande, segunda maior cidade do estado da Paraíba, no Nordeste Brasileiro. Para isso, serão considerados os seguintes momentos: 1) década de 1940, quando os loteamentos Raimundo Viana e Floripes Pontes foram registrados dando origem oficialmente ao bairro; 2) ano de 1973, tomando partido do Plano de Desenvolvimento Local Integrado; 3) em seguida, analisando Plano Diretor de 1996; 4) Posteriormente, será apreciada revisão do Plano Diretor datada em 2006, ainda em vigor atualmente; 5) e por fim, levantar-se-á o estado em que se encontra a Revisão do Plano Diretor, iniciada em 2016 pela Secretaria de Planejamento e ainda não finalizada.

Logo, esse trabalho é um resultado parcial da pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, sendo as pesquisadoras autoras do mesmo, também vinculadas ao Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar, do curso de Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Tem-se, portanto, o objetivo de discutir as alterações de uso e formas de apropriação do solo urbano e das edificações, além de problematizar a discussão referente a conservação da paisagem cultural campinense. Mais especificamente, esse texto objetiva investigar o surgimento, desenvolvimento, consolidação e transformação do bairro mediante análise dos Planos Diretores da cidade.

Justifica-se pois o bairro surgido oficialmente em meados da década de 1940, tornou-se protagonista no cenário urbano e arquitetônico local devido à instalação de equipamentos e residências, símbolos da modernidade, característicos do contexto de progresso e embelezamento no qual estava inserida a cidade, tomando como base a estrutura higienista impulsionada também em outros lugares naqueles anos. Contudo, seu acervo tem sofrido descaracterizações, e os imóveis residenciais estão sendo transformados em edifícios hospitalares, como laboratórios, consultórios, hospitais e farmácias, sendo alguns totalmente modificados e até mesmo demolidos.

Assim, levantou-se hipóteses intrínsecas ao estudo, que serão verificadas após finalização do mesmo em dissertação de mestrado prevista para março de 2021: teria o avanço industrial influenciado o surgimento de um bairro considerado moderno e progressista? A especulação imobiliária incidente atualmente sobre ele desconstrói a discussão patrimonial moderna, prevalecendo interesses econômicos sobre valores patrimoniais, sendo os proprietários e investidores imobiliários os verdadeiros planejadores urbanos?

Posto isso, perguntas investigativas norteiam a pesquisa, são elas: 1) Como se deu as transformações urbanas na paisagem do bairro Prata? 2) Como tem sido tratado e entendido o bairro desde sua aprovação enquanto loteamentos até os dias atuais? 3) Na revisão atual do Plano Diretor, que acontece desde 2016, seu acervo moderno tem sido considerado como elemento de valor arquitetônico a ser preservado?

Para alcançar os objetivos desse trabalho, a metodologia que o respalda baseia-se em Serra (2006) que escreveu um guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós graduação, detalhando metodologia de pesquisa histórica da arquitetura e do urbanismo, que propõe o estudo do objeto compreendido como um processo, que dialoga com um sistema que o circunda, composto por aspectos geográficos, históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos.

1. Lugar e modernização

1.1. Campina Grande e moderna

Quanto ao lugar, cenário da produção estudada, tem-se a cidade de Campina Grande, que abriga uma população de aproximadamente 400.000 habitantes, sendo considerada a segunda cidade mais populosa da Paraíba, ficando atrás apenas da capital João Pessoa. Localizada geograficamente (figura 01) entre o litoral e sertão paraibano, estando próxima a capitais importantes no Nordeste como Recife-PE e Natal-RN, é conhecida atualmente como oásis da ciência e tecnologia, por ser uma cidade universitária e centro econômico da Borborema, além de atuar como um polo de influência de oito microrregiões.

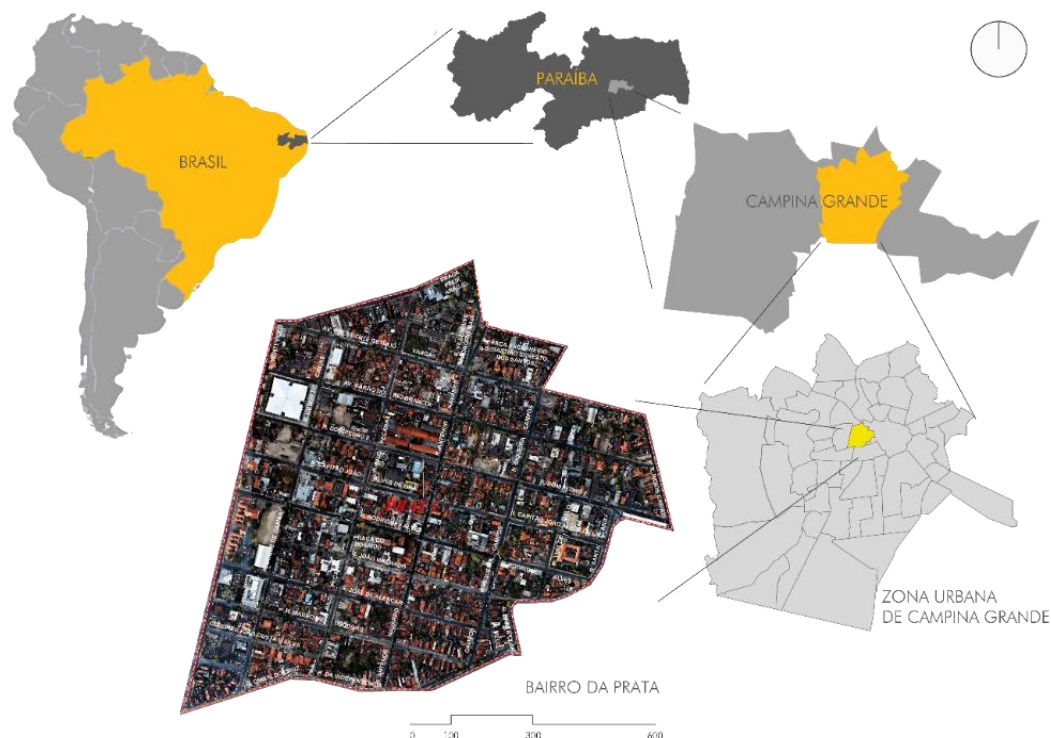


Fig. 01 Localização geográfica do Brasil, estado da Paraíba, cidade de Campina Grande e do bairro Prata. Fonte: Elaborado por Marjorie Garcia (2017).

O crescimento econômico da cidade foi motivado pela produção algodoeira, fazendo-a ser conhecida até 1940 como a segunda maior exportadora de algodão do mundo, a “Liverpool brasileira”. A comercialização do “ouro branco” fez com que a cidade interiorana superasse economicamente João Pessoa, capital litorânea e político-administrativa do Estado. Por consequência, enquanto exportava algodão trazia o maquinário para a indústria, tornando-se em 1949, a primeira cidade do interior do Brasil a sediar uma Federação das Indústrias, a FIEP (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba).

Durante a década de 1940, o progresso decorrente da indústria algodoeira, implicou transformações que tornaram a cidade mais adequada à circulação de automóveis, como a abertura e expansão de vias: Av. Floriano Peixoto, por exemplo (figura 02). Logo, muitas edificações acabaram sendo demolidas, a exemplo da primeira Igreja do Rosário¹, e a justificativa estava baseada na “corrida modernizante”. Uma “revolução urbana”, que tentava transmitir imagens de grandeza, desenvolvimento e progresso, fez Campina Grande ser tratada na gestão de Vergniaud Wanderley, como objeto de remodelação, com mudanças feitas sob planejamento técnico.



Fig. 02 Av. Floriano Peixoto nos anos 1930 antes das reformas de Wanderley e nos anos 1940 após as reformas. Fonte: fotomontagem elaborada por Marjorie Garcia a partir de imagens do Blog Retalhos Históricos de CG.

¹ A demolição da primeira Igreja do Rosário, situada no Centro da cidade, entre a Praça da Bandeira e o Cine Capitólio, foi determinada pelo Plano de reforma urbanística da administração de Vergniaud Wanderley, no processo de expansão da Av. Floriano Peixoto. Em 18 de outubro de 1940 foi iniciada a demolição. A construção da nova Matriz do Rosário, foi iniciada pelo monsenhor Delgado, no bairro da Prata, em terreno doado pela família de Raimundo Viana.

1.2. Prata moderna: da origem à contemporaneidade

1.2.1. Surgimento

O bairro da Prata, situado na porção Oeste da cidade de Campina Grande, surgiu nesse contexto de renovação da paisagem urbana, onde se buscava a redefinição de fluxos e estéticas. Fundamentado pelos preceitos do urbanismo moderno, que tem como princípio a racionalização do espaço com a separação de usos em zoneamento, o objetivo da administração pública nas décadas de 1930-1940 era “ordenar a desordem prevendo o crescimento da cidade”.

Para isso, foi feito um Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade de Campina Grande, de autoria do urbanista Nestor de Figueredo, objetivando guiar o desenvolvimento do progresso campinense, constituindo um modelo para as suas futuras realizações. Segundo Queiroz (2016) baseado nas próprias palavras do autor, era composto por “plano diretor, plano de saneamento, plano de espaços verdes, detalhes dos principais centros de urbanização, perspectivas dos principais centros de edificação da cidade, projeto de uma legislação de construções, estudo de três tipos de residências econômicas e, por fim, a localização da zona proletária”.

Contudo, durante a década de 1930, só foram colocadas em prática algumas medidas relacionadas aos problemas de saneamento, falta de água e insalubridade urbana. As intervenções urbanísticas campinenses tiveram, portanto, caráter mais imediatista e compatível com o orçamento municipal.

Na década seguinte, buscando progresso e embelezamento, seguindo uma leitura positivista da cidade, influenciado pelo contexto higienista comum ao Brasil como todo, o prefeito Vergniaud Wanderley, solicitou ao arquiteto francês radicado em Recife, George Munier, um plano de obras que tinha como finalidade um desenvolvimento “esquadrificado”. As ações foram mais pontuais e se basearam nos ideais de circulação que objetivavam traçados retos. Assim, a antiga trama viária campinense foi sendo redefinida e sua expansão estimulada pela abertura de ruas sobre os subúrbios, que em sua maioria foram elaboradas seguindo traçados retos que desafiavam até mesmo a topografia dos sítios.

Decorrentes dessas mudanças surgiram empreendimentos imobiliários, como os loteamentos que deram origem ao bairro da Prata, são eles: Jardim da Prata, de maior extensão e propriedade do Sr. Raimundo Viana, aprovado em 04 de setembro de 1945 quando o mesmo era prefeito da cidade; e outro de propriedade do Sr. Floripes Pontes, aprovado em 18 de abril de 1949, tendo uma porção desapropriada posteriormente pela prefeitura, onde hoje encontra-se edificado o Museu de Artes Assis Chateaubriand no Parque do Açude Novo e o Terminal de Integração de Campina Grande (figura 03).

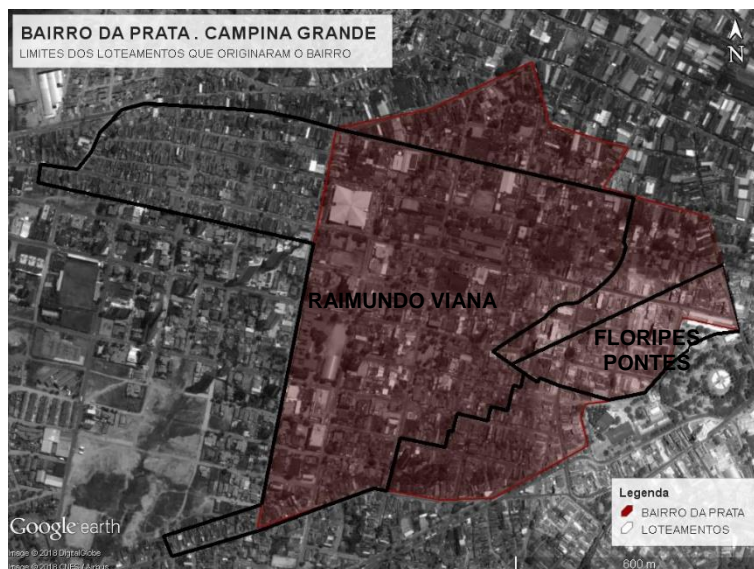


Fig. 03 Loteamentos do bairro da Prata. Raimundo Viana de maior extensão e Floripes Pontes o de menor extensão. Fonte: Elaborado por Marjorie Garcia no Google earth, 2018.

É possível notar que os lotes antes pertencentes a Raimundo Viana, abrigam algumas edificações que sobrevivem até a atualidade como marcos histórico, arquitetônico e cultural, marcando a ocupação do bairro, iniciada entre o fim da década de 1930 e início da década de 1940, com o surgimento de alguns caminhos e ruas próximas à Av. Getúlio Vargas, saída para o Sertão, além das casas precárias (posteriormente erradicadas) localizadas no que antes era considerada zona suburbana, às margens da Av. Floriano Peixoto, conforme mapa de evolução urbana (figura 04).

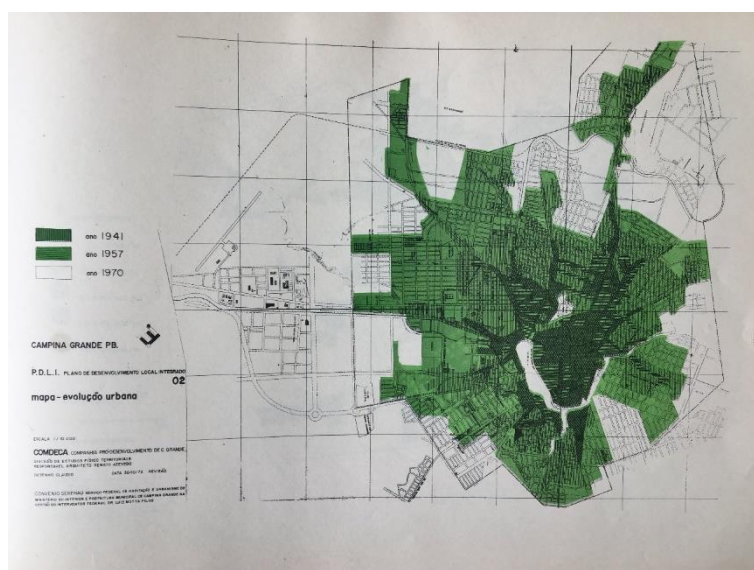


Fig. 04 mapa de evolução urbana do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, 1972. Fonte: SEPLAN, 2019.

Entre os usos locais indicados na documentação (datada em julho de 1953 – figura 05) levantada no arquivo da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), encontram-se as seguintes instituições: a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a casa de saúde e maternidade Dr. Francisco Brasileiro, (referência em toda região Nordeste naqueles anos, com construção iniciada em 1938 e inaugurado em 1947, estando sua edificação atualmente abandonada), o mercado conhecido como a grande Feira da Prata, um instituto de educação (Colégio Estadual da Prata – atual EEEM Dr. Elpidio de Almeida, inaugurado em janeiro de 1953) e o SENAI (Centro de Educação Profissional Professor Stenio Lopes, inaugurado do início dos anos 1950).

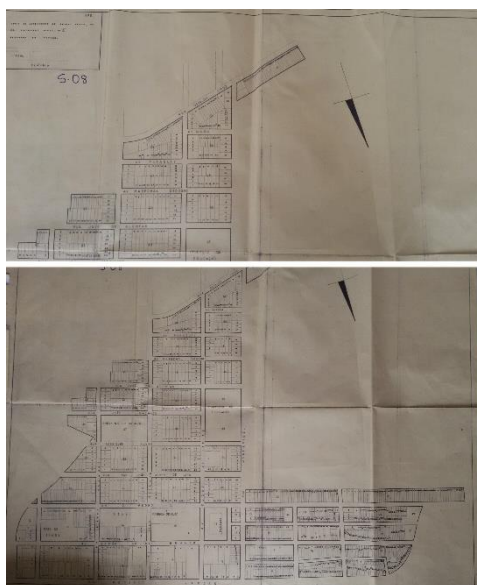


Fig. 05 Loteamento Raimundo Viana com material datado em 04 de julho de 1953. Fonte: SEPLAN, 2017.

No Jornal de Campina de 1933 (nº2, p. 2) referenciado por Sousa (2003) em seu artigo “Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1030-1945)”, a ocupação do bairro já era incentivada, e o convite feito em letras grandiosas, ressaltando o “clima saluberrimo” e “todas as comodidades que a moderna tecnica de urbanismo requer para sistematização de habitações”. O leitor era convidado a procurar Raimundo Viana para compra de lotes, embora o loteamento só tenha sido registrado em meados de 1945.

Quanto ao loteamento Floripes Pontes (figura 06), nele encontra-se indicado o Convento das Clarissas (Mosteiro de Santa Clara de construção iniciada em 1950). O documento encontrado junto a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) não possui a data do desenho, mas acredita-se ser o mesmo apresentado para aprovação do loteamento em 1949.

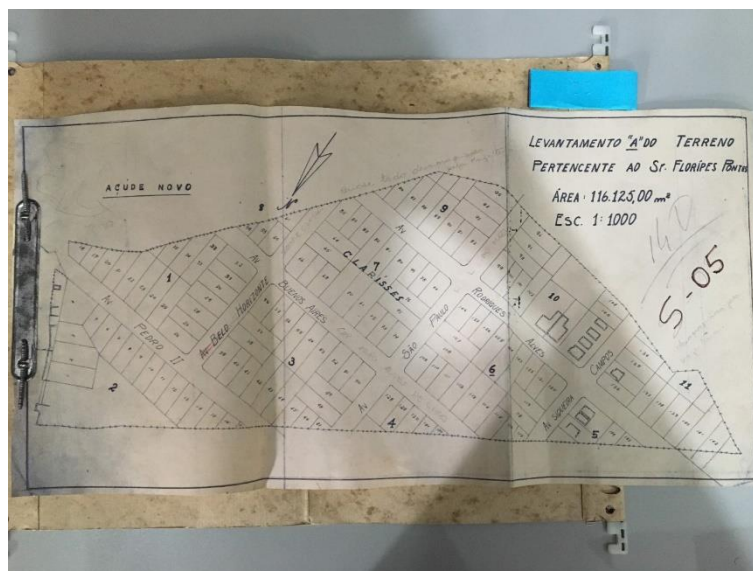


Fig. 06 Loteamento Floripes Pontes, registrado na PMCG em 18 de abril em 1949. Fonte: SEPLAN, 2019.

1.2.2. Desenvolvimento e consolidação

Contudo, nos anos seguintes, Campina Grande como a grande maioria das cidades, passou a crescer desordenadamente. Sem uma legislação adequada, a especulação sobre o solo e o dinheiro acabou determinando a forma da cidade. Somente no início dos anos 1960, foi criado o Departamento de Planejamento e Urbanismo, havendo, portanto, uma nova tentativa de reorganização com um diagnóstico para elaboração de um plano diretor físico sob comando do engenheiro Austro França. Esse, no entanto, encontra-se inacessível, assim como os planos anteriormente citados, tendo em vista que o atual arquivo da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) ainda não se encontra catalogado, nem mesmo está organizado ou armazenado em local adequado.

No âmbito econômico, o desenvolvimento industrial fazia a cidade se destacar nos anos 1960 por conseguir incentivos fiscais da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), responsáveis por atrair novas indústrias e ampliar aquelas já implantadas, além da implantação de um parque industrial. Assim, com ascensão econômica e populacional, os serviços educacionais se expandiram e duas escolas de nível superior foram implantadas na cidade.

Nesse contexto, a ocupação do bairro foi intensificada entre as décadas de 1950-1960, devido à expansão da cidade em direção à Zona Oeste impulsionada pelo prefeito Severino Cabral. Paralelamente à construção do Teatro Municipal, situado em suas proximidades, o bairro passou a abrigar programas residenciais com repertório formal e soluções projetuais que seguiam os princípios racionalistas do Modernismo, dentro dos novos padrões de urbanismo da época, sinônimos de progresso e prosperidade. Voltavam-se sobretudo para população mais abastada, sendo parte dela proveniente da Rua Maciel Pinheiro, que após as reformas arbitrárias de Wanderley no Centro, passou a ocupar bairros vizinhos.

Portanto, é possível concluir que o racionalismo foi a base sobre a qual foi edificado o bairro da Prata, caracterizado pelo rigor na marcação de suas ruas retas, largas e perpendiculares. Quadras uniformes que contrastam com o traçado irregular do Centro constituem o bairro que se especulou ter sido projetado devido à existência dessa malha reticulada, caracterizada como ortogonal, que desafia a acidentada topografia local.

No entanto, vale ressaltar que os traçados regulares resultaram das exigências da prefeitura na época, que solicitou aos novos loteamentos já em meados da década de 1930, projetos realizados por técnicos e que tivessem como prioridade o alinhamento, contribuindo para estética e higiene da cidade. As medidas tinham como propósito preparar o tecido urbano para instalação e competente funcionamento das redes de abastecimento de água e coleta dos esgotos.

1.2.3. *Transformação: Prata moderna ou incessantemente nova?*

Segundo Barros (2012), além de uma forma externa que pode ser entendida no plano geral da cidade (plano diretor), a morfologia urbana resulta também de uma forma interna, constituída por compartimentos urbanos:

Há cidades e concepções urbanísticas onde se separam explicitamente as funções sociais: o centro de negócios, o distrito industrial, o bairro boêmio, a zona do meretrício, os grandes jardins, e finalmente as zonas residenciais – estas mesmas separadas claramente uma das outras conforme o seu tipo de habitantes. (BARROS, 2012: 75)

Essa segregação espacial tornou-se ainda mais evidente em Campina Grande no plano mais antigo até então acessado, o **Plano de Desenvolvimento Local Integrado** (PDLI), desenvolvido no período de 1973 a 1977, sob a gestão municipal de Evaldo Cruz, objetivando ordenar o espaço para aplicação de ações específicas, descentralizando a estrutura urbana, dividindo-a em áreas independentes para algumas funções, mas também interligadas.

Nele é possível perceber, especificamente no mapa de zoneamento urbano, que o bairro da Prata era considerado pelos planejadores urbanos na década de 1970 como **Zona Residencial**. Subtende-se assim, que a intensificação de outros usos aconteceu na década seguinte, mesmo que antes disso sua ocupação tenha sido marcada também pela presença de equipamentos institucionais, conforme visto acima, o uso ainda era predominante residencial.

É notório que a Zona Residencial (figura 07) estendia-se ainda sobre o atual bairro da Bela Vista. Essa informação se cruzada com os limites do Loteamento Raimundo Viana, comprova que a Prata era constituída também por quadras pertencentes atualmente ao bairro vizinho. Essa subdivisão da Prata, que deu origem ao bairro Bela Vista, pode ter ocorrido, entre outros fatores, pelas diferenças encontradas no traçado urbano, de uso e ocupação do solo, mas também devido as diferenças socioeconômicas.

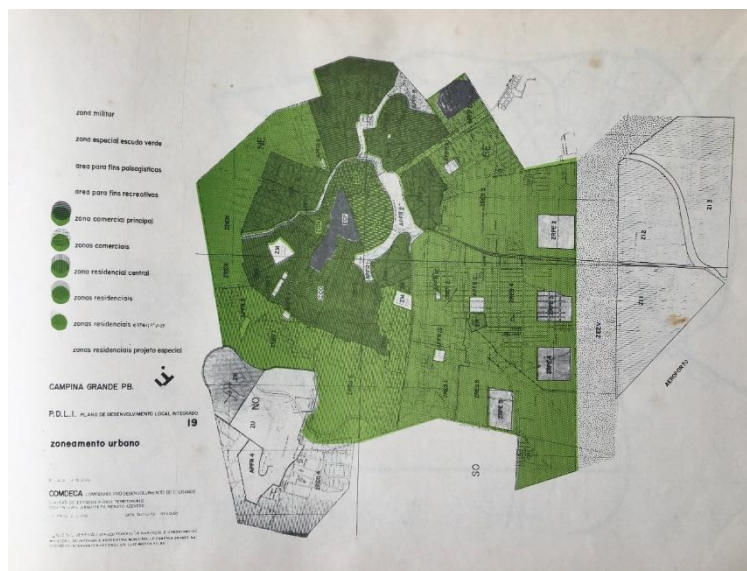


Fig. 07 mapa de zoneamento urbano do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, 1972. Fonte: SEPLAN, 2019.

De acordo com Barros (2012):

A segregação também acontece por símbolos. A fronteira entre um bairro popular e um da gente mais rica pode ser uma esquina, uma ponte, uma imagem, ou nem sempre se colocar de maneira muito precisa. Por outro lado, as cercas e fronteiras imaginárias que estabelecem o lugar de cada atividade e de cada um dos moradores têm um código que pode ser também decifrado pelos sociólogos e historiadores. (BARROS, 2012: 75)

Quanto aos programas e investimentos no setor físico-territorial referentes ao PDLI, talvez seja relevante citar aqui a transformação do Açude Novo em Parque Evaldo Cruz, considerado elemento divisor entre os bairros Centro e Prata. Em meados de 1974 ocorreu a drenagem do açude colocando em prática o projeto para o parque que dispunha de espaços de lazer e recreação, além de um museu de arte, extinguindo a favela São Joaquim de suas proximidades.

O espaço nobre gerado pelo açude tinha também a função de “higienizar” áreas centrais da cidade. Assim, uma nova ordem foi criada em Campina Grande: racionalização das vias, com a abertura e expansão de grandes artérias; especialização de setores urbanos, com o zoneamento por usos - centro voltado para o comércio, bairros residenciais centrais, como o da Prata, para privilegiados; novos programas arquitetônicos; suburbanização, com indústrias localizadas nas periferias, bem como a classe operária.

Somente em 1996 foi instituído o primeiro **Plano Diretor do Município** (Lei 3.236/1996). Logo, a cidade teve sua zona urbana dividida em quatro subzonas apenas, sendo o bairro da Prata considerado **Zona Adensável** “onde é possível a intensificação do uso e ocupação do solo, em virtude das condições físicas serem propícias e existir de infra-estrutura urbana disponível” (Art.8).

Esse documento, o primeiro a instituir também Zonas Especiais, definiu a Zona Especial de Preservação (ZEP) como: instrumento de política urbana que tem por objetivo “garantir a preservação, manutenção e recuperação do patrimônio histórico, paisagístico, cultural ou ambiental” (Art. 23). Logo, estariam incluídos os “imóveis

tombados ou preservados por legislação municipal, estadual e federal, bem como núcleos de interesse histórico, arquitetônico, cultural ou ambiental” (Art.24).

Era objetivo do plano também estruturar os subcentros para promover o espraiamento das atividades comerciais em outras áreas da cidade, visando descongestionar o Centro e incentivar ocupação de áreas de expansão. Entre os projetos, previu-se a revitalização do “Mercado da Prata”. Sabe-se também que a verticalização foi intensificada no bairro da Prata a partir dos anos 1990, devido ao elevado coeficiente de aproveitamento da área, com surgimento de edifícios residenciais acima de seis pavimentos e o Centro Médico San Raphael, muito conhecido localmente.

Dez anos depois (2006), foi iniciada a **Revisão do Plano Diretor** (Lei Complementar nº003/2006), conforme recomendação do Estatuto da Cidade (2001), fundamentado por princípios que buscam efetivar a função social da cidade e da propriedade, sustentabilidade e gestão democrática e participativa. Na oportunidade, apresentou-se um novo zoneamento para a Zona Urbana de Campina Grande, que embora tivesse semelhança com o zoneamento anterior, levantou algumas mudanças nas delimitações territoriais de cada zona, sendo instituída ainda uma nova nomenclatura.

Na revisão do Plano Diretor de 2006, ainda vigente atualmente, o bairro da Prata pertence à **Zona de Qualificação Urbana** (figura 08), “caracterizada por usos múltiplos, sendo possível a intensificação do uso e ocupação do solo, em virtude de as condições físicas serem propícias e da existência de infra-estrutura urbana consolidada” (Art.14). São objetivos: “ordenar o adensamento construtivo, permitindo o adensamento populacional onde este ainda for possível, como forma de aproveitar a infra-estrutura disponível; evitar a saturação do sistema viário; ampliar a disponibilidade de equipamentos públicos, os espaços verdes e de lazer” (Art.15).

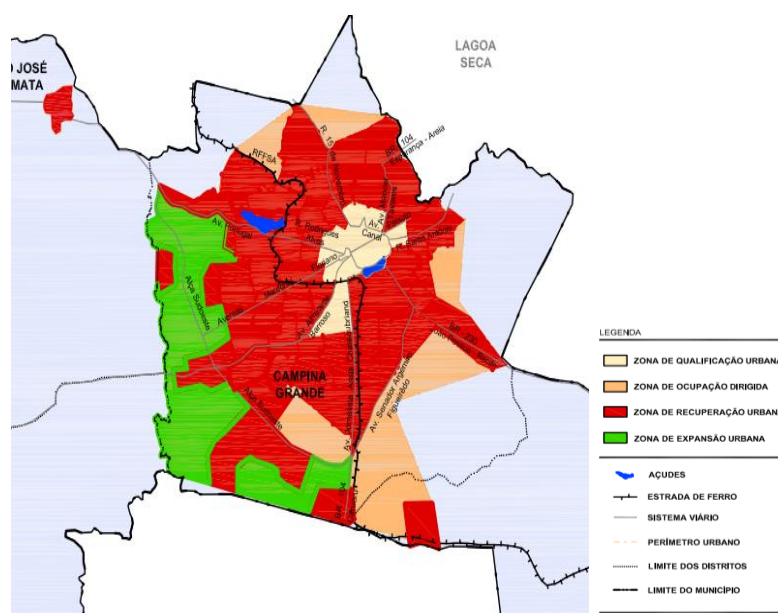


Fig. 08 mapa de macrozoneamento urbano. Fonte: Plano Diretor PMCG recortado pela autora, 2006.

Já as Zonas Especiais de Preservação foram subdivididas: de Interesse Ambiental e de Interesse Cultural (figura 09). A definição dessa última, especificamente, interessa a esse estudo: “As Zonas Especiais de Interesse Cultural – ZEIC são áreas formadas por conjuntos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio cultural do Município” (Art. 45).

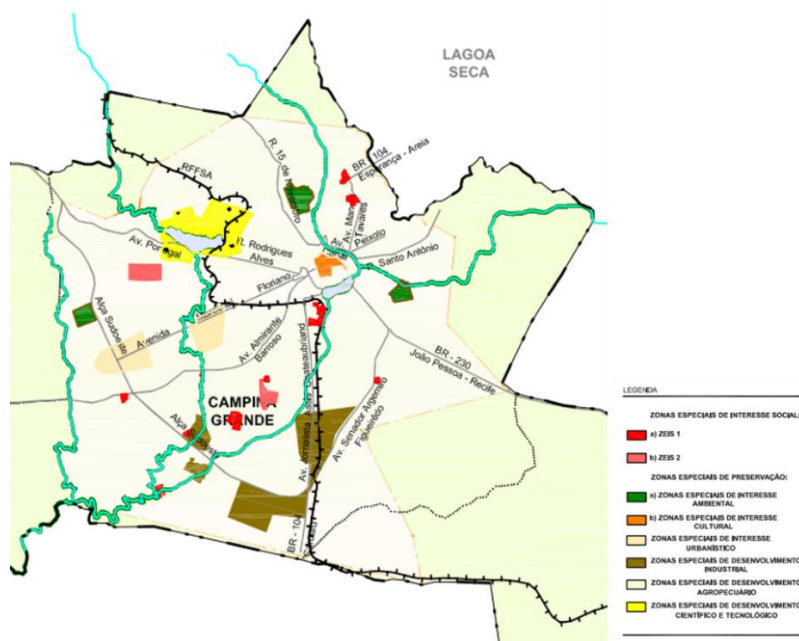


Fig. 09 Zonas Especiais. Fonte: Plano Diretor PMCG, 2006.

A Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC), no entanto, compreende apenas o Centro Histórico, delimitado em 2004 por decreto estadual nº25.139, estando sob vigilância do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Outros bens culturais significativos da cidade não estão incluídos, especialmente aqueles constituintes do patrimônio recente, logo, alterações/demolições são legalmente permitidas.

Quanto à **revisão atual do Plano Diretor**, iniciada em 2016, não se tem informações ainda sobre como está sendo entendido o bairro da Prata nesse atual momento de planejamento e revisão da cidade. No entanto, o site da Prefeitura Municipal, em publicação feita ao final do ano de 2016, destaca falas proferidas em workshop para apresentação da necessidade de revisão do plano, podendo-se adiantar algumas diretrizes gerais.

Referindo-se ao incentivo de adensamento demográfico em área central, objetivo oposto ao Plano Diretor de 1996, uma das arquitetas responsáveis pela revisão, explicou:

A região central de Campina Grande possui toda a infraestrutura necessária para acolher moradores adequadamente, pois dispõe de equipamentos de saúde, lazer e comércio. Mas observamos que ainda temos grandes vazios urbanos na região. Atualmente, no centro da cidade, temos apenas 50 habitantes por hectare, ou seja, nossa densidade demográfica está muito abaixo do ideal. Por isso, através da

revisão do Plano Diretor, podemos planejar que tipo de ocupação a cidade precisa e até onde ela pode crescer. (Morgana Tragino em <<http://pmcg.org.br/?p=18433>>, acessado em 30 de janeiro de 2020)

Quando Morgana Tragino fala em região central, há possibilidade de estar se referindo às regiões administrativas, seguindo proposta de divisão da cidade em doze regiões com objetivo de facilitar a gestão do território urbano. Se aprovada, a região central será composta pelos bairros Centro, Prata e São José.

Por ora, nenhum material referente à revisão pôde ser acessado, uma vez que encontra-se em desenvolvimento precisando da concordância entre os atores envolvidos: prefeitura, técnicos e comunidade. Por conseguinte, sabe-se apenas que o tópico referente à Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPC - nova nomenclatura) ganhou novo artigo, incluindo pontualmente, além do Centro Histórico, a Feira e o Mercado Central (reconhecida como patrimônio histórico cultural e imaterial brasileiro em setembro de 2017), e os pátios ferroviários (Estação Nova e Velha). Assim, qualquer transformação urbanística incidente sobre essa zona estaria sujeita à autorização prévia do órgão responsável pelo planejamento urbano municipal, que definirá índices urbanísticos e de uso e ocupação do solo, a fim de respeitar a preservação das características urbanas e históricas existentes.

2. Acervo em risco

Mediante revisão da legislação, é possível perceber que ao longo dos anos o bairro da Prata foi impulsionado à uma nova função. Devido à sua boa acessibilidade e proximidade com o Centro, recebeu boa infraestrutura urbana, além de ocupar uma porção alta da cidade com vista privilegiada. Com tantas potencialidades, o bairro logo protagonizou a descentralização das atividades antes concentradas na Zona Comercial Principal (Central – segundo o PDLI). Funcionando atualmente como subcentro comercial e de serviços, tornou-se conhecido nos dias de hoje como polo médico da cidade, após o surgimento de atividades destinadas à saúde a partir da década de 1980, além da implantação da Feira da Prata existente no local há 60 anos, responsável pela expansão da Feira Central.

A seguir (figura 11) um exemplo de intervenção descaracterizadora em residência construída na década de 1960, de autoria do arquiteto campinense Geraldino Duda. Atualmente, a mesma abriga um consultório médico.





Fig. 10 Residência Eutiqui Loureiro. Fonte: GRUPAL, 2017.

Segundo Lamas (2004) a cidade entendida como organismo vivo encontra-se em constante modificação. Logo, para falar de forma urbana é preciso relacionar com um tempo específico, pois as modificações são consequências da vitalidade social e econômica das cidades. No entanto, alguns elementos sobrevivem, como por exemplo monumentos, traçados de vias, e também, geralmente, a estrutura fundiária. Na escala do bairro, as modificações são mais lentas embora tenham maior profundidade.

Sobre as mudanças drásticas incidentes no cenário urbano local, que apagam da memória coletiva parte da produção moderna de Campina Grande, em pesquisa realizada sobre o bairro da Prata, Apolinário (2011) relatou que o avanço da urbanização no bairro modifica elementos espaciais que se adaptam às novas funções, surgidas mediante processo de acumulação de capital de acordo com o modo de produção capitalista.

Considerações Finais

O patrimônio moderno de Campina Grande encontra-se ameaçado, em sua maioria passa por acelerado processo de descaracterização e esquecimento. O bairro estudado é alvo da especulação imobiliária, o que é agravado mediante a falta de proteção legal sobre as obras restantes. No entanto, essas são exemplos de arquiteturas ainda sobreviventes na memória coletiva campinense, merecem, portanto, divulgação e reconhecimento, dada importância histórica e protagonismo na cidade.

De acordo com Waisman (2013), podem-se destacar dois tipos de valores atribuídos aos bens patrimoniais, são eles: valor de consumo e valor de uso. No primeiro caso, dá-se prioridade aos bens atrativos pelo seu valor artístico, originalidade e/ou extravagância. Nessa situação, a população também é vista como objeto de consumo, descartável caso não torne o monumento ou lugar rentável. Nestes objetos são realizadas restaurações, falsas identidades que originam gentrificações. Logo, aqui o valor está ligado à produtividade econômica e se confunde ao valor estético e decorativismo superficial.

Por valor de uso, entende-se o patrimônio arquitetônico e urbano ligado à identificação e apropriação do entorno por parte de um grupo social. Os valores reconhecidos, além dos derivados pela pura imagem, estão relacionados às vivências sociais, logo, com a memória. Assim, operações de recuperação ou refuncionalização são mais interessantes. Buscando o fortalecimento da identidade cultural, incluem-se entre os objetos físicos que constituíram o patrimônio, os objetos de consideração e atenção: tipos arquitetônicos, os espaços sociais, os centros históricos de natureza distinta, a escala, a trama urbana.

Contudo, em Campina Grande, além da negligência por parte da legislação municipal que não abarca os conjuntos arquitetônicos modernos como áreas de interesse arquitetônico e cultural, nem faz isso de maneira isolada tombando edificações pontuais, a sociedade local, devendo atuar como agente fiscalizador, por vezes parece não atribuir significado nem valores a este acervo, que outrora ganhou status de progresso, arrojo e civilidade. Obviamente o tombamento deve seguir critérios sólidos, e nem todos os imóveis estão aptos, mas a preservação de alguns exemplares, bem como a incidência de índices urbanísticos mais respeitosos na região, torna-se importante para que as adaptações aos novos usos sigam princípios éticos de intervenção, possibilitando a manutenção e aprimoramento das técnicas construtivas modernas para gerações futuras.

Sobre a dificuldade de reconhecimento desse patrimônio Jokilehto (2003) ressalta:

Acessar a significância de algo normalmente leva tempo. No caso do patrimônio moderno, a distância é ainda curta e o julgamento difícil. Ainda que nossos entornos sejam de grande parte resultante de obras do Movimento Moderno, nós temos dificuldade em compreendê-los, pois parece que estamos julgando a nós mesmos. (JOKILEHTO, 2003: 108-109)

Outro ponto influencia nessa situação de desatenção: a maneira de morar mudou. Visivelmente, a população campinense mais abastada (público alvo desde a origem do bairro), influenciada pelos modelos americanos, passou a preferir condomínios horizontais situados em zonas periféricas, surgidos na cidade nos últimos anos. Esse fato associado à verticalização incidente no bairro, trouxe sérios problemas à preservação de imóveis.

As residências modernas² construídas nos anos 1950-1960, possuem grandes terrenos, com recuos generosos, o que nos dias atuais, devido ao aumento do valor do metro quadrado, os proprietários se sentem atraídos pelas propostas econômicas dos empreendedores, que os adquirindo, demolem ou descaracterizam. Indiscutivelmente a utilização dos imóveis é um fator importante para a preservação, contudo, é necessário um uso coerente com a sua configuração física. Logo, entende-se por uso compatível, aquele que respeita o significado cultural atribuído ao edifício (ou conjunto) no decorrer do tempo. Caso contrário, o modo de qualificar um volume pode causar sérias rupturas na imagem urbana, e/ou dissolver a identidade do lugar.

Conclui-se que a utilização dos princípios modernos no desenho urbano e arquitetônico, que acabaram por demolir e substituir outras linguagens em reformas modernizantes na cidade de Campina Grande, tornam-se agora substituídos, mesmo que as edificações por eles influenciadas sejam ainda eficientes, no ponto de vista construtivo e técnico-material. Partindo dessa premissa, deve-se buscar, para conservação do meio urbano, conforme discutido por Zanchetti (2008) articular políticas urbanas com preservação dos valores

² Para conhecimento de alguns exemplares residenciais: GARCIA, M. (2018). *Prata que vale ouro: a casa moderna da década de 60*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Campina Grande: UFCG. Para conhecimento de intervenções, ver artigos de mesma autoria referenciados ao final desse texto.

patrimoniais, além do engajamento entre sociedade e setores governamentais. Logo, não se pode perder a consciência de que as intervenções e transformações urbanas devem considerar a relação dialética entre conservação e inovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. (2017). O processo de industrialização na década de 1960 e as transformações da paisagem urbana do bairro da Prata, em Campina Grande. Barcelona: Seminário internacional de investigação em urbanismo. UPC.

APOLINÁRIO, O; ALMEIDA, N; VALVERDER, A. (2011). Especulação e verticalização: reflexos na paisagem do bairro da prata em Campina Grande-PB e o uso do georreferenciamento. Anais do 9º Encontro latino Americano de pós-graduação e iniciação científica. UNIVAP. São José dos Campos.

BARROS, José D' Assunção. (2012). Cidade e história. Petrópolis: Vozes.

GARCIA, M. (2018). Prata que vale ouro: a casa moderna da década de 60. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Campina Grande: UFCG.

GARCIA, M.; AFONSO, A. (2018,a). A modernização da cidade de Campina Grande e o bairro da Prata nos anos 60. Belo Horizonte: II Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL. IEDS, UFMG. _____ (2018,b): Prata moderna: o caso da Residência Sebastião Pedrosa. Tertuliano Dionísio. 1961. Belo Horizonte: II Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL. IEDS, UFMG. (2018,c): Reconhecimento da paisagem moderna da Prata. Campina Grande. PB. Belo Horizonte: V Colóquio ibero-americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto. IEDS, UFMG. (2017): Arquitetura moderna e industrialização: o bairro da Prata nos anos 60. Gijón Espanha: XIX Jornadas internacionales de patrimonio industrial. INCUNA.

GARCIA, M; FARIAS, C; AFONSO, A. (2018). A transformação do acervo moderno da Prata: o caso da Residência José Augusto de Almeida. 7º Seminário Docomomo

JOKILEHTO, J. (2003). Continuity and change in recente heritage. In: OERS, R.V.; HARAGUCHI, S. (Ed.) World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage. Paris: UNESCO/WHC, p. 101-109

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. (2004). Morfologia Urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. (1973). Plano de Desenvolvimento Local Integrado. _____ (1996): Lei nº3.236 de 08 de janeiro de 1996. (2006): Lei complementar nº003 de 09 de outubro de 2006. (2016): <http://pmcg.org.br/?p=18433> (Consulta em 30 de janeiro de 2020).

QUEIROZ, M. (2016). Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). Campina Grande: EDUFCG.

SERRA, G. (2006). Pesquisa em arquitetura e urbanismo. Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: EDUSP.

SOUSA, F. (2006). Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23.

WAISMAN, M (2013). O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino americanos. São Paulo: Perspectiva.

ZANCHETTI, S. (2008). Conservação urbana: textos de momento. Olinda, Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Textos para Discussão n. 30 – série gestão da conservação urbana.